

PROCESSO: SMA13.768/2002
INTERESSADO: Castor Engenharia e Comércio S/A
ASSUNTO: Licença Ambiental Prévia para o Loteamento Residencial Altos de São José
MUNICÍPIO: São José dos Campos, SP

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de súmula do Parecer Técnico 124 /11/IE, elaborado pelo Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos - IE, visando subsidiar o licenciamento ambiental do “Loteamento Residencial Altos de São José”, sob responsabilidade da Castor Engenharia e Comércio S/A., sendo fundamentada no Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A gleba onde se pretende implantar o empreendimento possui área total de 136 ha. O empreendimento está localizado na região leste do município de São José dos Campos, próximo aos bairros Campos de São José e Santa Cecília.

O projeto urbanístico prevê a implantação de 1.894 lotes, equivalente a 41% da área total da Gleba, sendo 1.818 lotes residenciais e 76 lotes comerciais. As áreas públicas correspondem a 59% da gleba, compreendendo as Áreas Verdes (24%), Sistema de Lazer (6%), Áreas Institucionais (5%) e Sistema Viário (24%). Há ainda na gleba a área de domínio e respectiva faixa non aedificandi dos dutos da Petrobras e áreas remanescentes.

A população total esperada para a ocupação da gleba é de 11.750 pessoas, sendo destas 380 referentes aos lotes comerciais. A Sabesp será responsável pelo abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto no empreendimento, sendo os efluentes destinados à Estação de Tratamento de Esgoto Lavapés.

Foi proposta a implantação de sistema de drenagem das águas pluviais, sendo os lançamentos de águas pluviais a serem realizados nos corpos d'água e talvegues existentes na área.

Quanto à terraplenagem, estima-se que o volume total de solo de corte será da ordem de 442.283 m³, enquanto o de aterro será de 305.517 m³.

O cronograma de implantação do empreendimento é de 12 (doze) meses, e o custo total da implantação da infraestrutura foi estimado em R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

3. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Os principais impactos previstos sobre os meios físico, biótico e socioeconômico durante as fases de implantação e operação do loteamento e as respectivas medidas mitigadoras propostas compreendem:

Erosão do solo, assoreamento e alteração da qualidade de cursos d'água: as áreas terraplenadas para a implantação dos cortes e aterros, visando à construção dos canteiros de obras e do sistema viário, além do terreno natural desprovido de cobertura vegetal, estarão submetidos à ação mecânica das águas das chuvas ficando sujeitos à instalação de processos erosivos, podendo ocorrer o carreamento de sedimentos e o assoreamento dos corpos d'água. Para mitigação dos impactos foram apresentadas soluções de projeto apropriadas (terraplenagem conservacionista, sistema de drenagem de águas pluviais e restauração de passivos ambientais, etc) e a implementação de um Plano de Monitoramento e Controle Geotécnico. Foi solicitado por este Departamento um Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais e o detalhamento das medidas propostas no Plano de Monitoramento e Controle Geotécnico.

Geração de poluição nos canteiros de obras e frentes de trabalho: este impacto ocorrerá na fase de instalação do empreendimento, estando principalmente associado ao aporte de partículas e substâncias poluentes aos cursos d'água, aumento de ruídos e alterações na qualidade do ar, além da geração de

efluentes nos canteiros. As medidas mitigadoras propostas pelo estudo incluem: controle de poeiras; armazenamento adequado de substâncias potencialmente poluentes etc. Foi solicitado por este Departamento que a proposta fosse detalhada em um Programa de Controle e Monitoramento Ambiental de Obras e com ênfase no Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

Impactos da impermeabilização do solo: a substituição das pastagens atualmente existentes pelo uso urbano, onde uma parcela da área receberá revestimento impermeável, irá resultar num aumento do escoamento superficial, e redução no tempo de concentração da sub-bacia, podendo acarretar elevação dos picos de vazão à jusante do empreendimento, além da geração de cargas difusas do loteamento. Para mitigação desse impacto foi proposto um sistema de drenagem devidamente dimensionado, pavimentação alternativa e calçadas verdes.

Perda da cobertura vegetal e intervenções em Áreas de Preservação Permanente – APPs: as áreas de interesse ambiental que possuem vegetação ou ainda Áreas de Preservação Permanente – APP serão preservadas, havendo necessidade de pequena intervenção em APP com supressão de 0,9 ha de pastagens, havendo também a supressão de 74 árvores isoladas. Como forma de mitigar este impacto o estudo propõe um Programa de Conscientização Ambiental e a revegetação das Áreas de Preservação Permanente e respectiva manutenção. Foi solicitado por este Departamento a assinatura do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA.

Interferências sobre a fauna silvestre: no levantamento da avifauna, foram registradas 60 espécies distribuídas em 24 famílias, sendo 02 espécies pertencentes a Lista de Espécies Ameaçadas de acordo com o Decreto Estadual nº 56.031/10: graúna (*Gnorimopsar chopi*) e papagaio-verdadeiro (*Amazona aestiva*). A única espécie de mamífero encontrada foi o mico-estrela (*Callithrix penicillata*), não considerada ameaçada de extinção. Para mitigação desse impacto é proposta a formação de corredores ecológicos, a recomposição das matas ciliares e um Programa de Conscientização Ambiental da população local. Foi solicitado por este Departamento um Programa de Monitoramento da Fauna.

Aumento da demanda por serviços públicos: com a implantação do empreendimento aumentará a pressão sobre os serviços públicos de saúde, educação e transporte. Segundo informado no EIA, estima-se que a população total seja cerca de 11.750, os quais utilizarão predominantemente os estabelecimentos de saúde, educação, além de transporte públicos. Foi solicitado que o interessado buscasse estabelecer parcerias junto ao Poder Público Municipal, contemplando ações para atenuar a pressão sobre os serviços públicos (como oferta de transporte para área) e para a implantação de equipamentos públicos nas áreas institucionais do empreendimento.

Impactos sobre o saneamento básico e sobre os recursos hídricos: o estudo apresentou para final de plano, o consumo de água estimado em 49 l/s e a geração de esgoto em 39 l/s. A produção diária de lixo foi estimada em 7,9 toneladas. Segundo o estudo, medidas e obras necessárias à implantação da infraestrutura relativa ao recolhimento do esgoto sanitário serão de responsabilidade do empreendedor, enquanto o sistema de coleta de resíduos sólidos ficará a cargo do poder público municipal. Foi solicitado por este Departamento a inclusão do loteamento no Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos desenvolvido pelo município.

Geração de tráfego nas vias de acesso: de acordo com o estudo, para se ter acesso ao empreendimento, moradores e visitantes irão utilizar a Avenida Antonio da Costa Nunes, Estrada do Cajuru, Avenida Presidente Tancredo Neves, Avenida Pedro Friggi e Trevo do Bairro Vista Verde. No início da operação, o aumento no volume de veículos e tráfego causado pelo loteamento não será representativo. No decorrer da ocupação do empreendimento, projeções realizadas indicam que o número de veículos adicionais será de 728 a 970 unidades/dia. Como forma de mitigar tal impacto, está prevista a implantação, pelo interessado, da diretriz viária municipal incidente na área, que compreende o prolongamento da Avenida Antonio da Costa Nunes e a travessia sobre o afluente do córrego Campestre.

Interferências no patrimônio histórico e arqueológico: com base nas condições físico ambientais do terreno, nas fontes etno-históricas, no contexto arqueológico regional, e considerando que uma parcela da área proposta para o empreendimento apresentou vestígios arqueológicos, o empreendimento deverá contar com um Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico, conforme Parecer Técnico 165/05 da 9ª

SR/IPHAN/SP, o qual condiciona para a emissão da LI, a apresentação do Programa de Resgate na Área do empreendimento.

4. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Em cumprimento ao que estabelece a legislação sobre compensação ambiental – Lei Federal nº 9.985/00 e Decreto Federal nº 4.340/02, e alterada pelo Decreto Federal nº 6848/09, o interessado propôs a destinação dos recursos de compensação ambiental à APA São Francisco Xavier, APA do Banhado e à APA Mananciais do Paraíba do Sul. A referida proposta será avaliada pela Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente - SMA, que definirá o valor e destino dos recursos compensatórios. Para emissão da Licença de Instalação, deverá ser firmado Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA com a CETESB.

5. CONCLUSÃO

Com base na análise do EIA/RIMA e demais documentos constantes do Processo SMA 13.720/2007, a equipe técnica do Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos conclui que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias propostas pelo empreendedor e as exigências do Parecer Técnico 124 /11/IE. Nestes termos, submete-se ao CONSEMA a apreciação e deliberação sobre a viabilidade ambiental do Loteamento Residencial Altos de São José.

São Paulo, 5 de setembro de 2011.

ORIGINAL DEVIDAMENTE ASSINADO

Ana Cristina Pasini da Costa

Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental